



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONTROLE INTERNO – 2º Trimestre de 2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Órgão: Câmara Municipal de General Maynard.

Presidente: Manasses Goes Santos

Período: Abril a Junho de 2019

2 – INTRODUÇÃO:

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101 combinados com os artigos 78 a 80 da Lei Federal 4.320/64 e de acordo com que determina a Resolução nº 206 de 01 de novembro de 2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, o Serviço de Controle Interno apresenta relatório sobre suas atividades desempenhadas nos meses de Abril, Maio e Junho de 2019.

Em linhas gerais, nossa responsabilidade é verificar:

- * A legalidade dos atos de arrecadação da receita e realização da despesa;
- * A fidelidade dos agentes da administração responsáveis pelos bens e valores públicos; e.
- * O cumprimento do programa de trabalho do orçamento.
- * Observância das normas estabelecidas pela LC 101/2000.
- * Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais.
- * Outras informações.

Assim, esse Serviço de Controle atuou de forma preventiva através da emissão de análises, diagnósticos, orientações e recomendações. A seguir, estão descritas as principais ações desenvolvidas.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, RECEITA E TESOURARIA, DESPESA ORÇAMENTÁRIA, LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL DE PESSOAL, DE PATRIMÔNIO, DOS REPASSES PELO EXECUTIVO, DAS COMPRAS, DO SETOR FINANCEIRO, CONTABILIDADE, CONTRATOS E LICITAÇÕES, cujos resultados relatamos abaixo:

1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 142/2018 de 21 de dezembro de 2018, estimou a Despesa Orçamentária em R\$ 830.000,00 (Oitocentos e trinta mil reais).

Despesas Correntes	810.000,00
Despesas de Capital	20.000,00
TOTAL:	830.000,00



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD

2 – REPASSE/TRANSFERÊNCIA:

O Repasse Financeiro Orçamentário do 2º trimestre totalizou o valor de R\$ 222.183,30 (Duzentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e três reais e trinta centavos).

Fontes de Repasse	VALOR
Repasse Financeiro	222.183,30
TOTAL	222.183,30

As disponibilidades financeiras da Câmara, registradas na contabilidade em 30/06/2019, importava em R\$ 16.791,92 (Dezesseis mil, setecentos e noventa e um real e noventa e dois centavos).

CAIXA	R\$ 0,00
Bancos c/ Movimento	16.791,92
TOTAL	16.791,92

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros existentes na contabilidade.

3 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

3.1 A despesa empenhada no 2º trimestre foi de R\$ 380,00 (Trezentos e oitenta reais). O total de despesas liquidadas no 2º trimestre, decorrentes de Empenhos foi de R\$ 209.088,89 (Duzentos e nove mil oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos). Do volume de despesas empenhada e devidamente liquidadas, foram pagas neste 2º trimestre R\$ 208.708,89 (Duzentos e oito mil setecentos e oito reais e oitenta e nove centavos). Conforme discriminação abaixo.

Período	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Paga (R\$)
2º Trimestre	380,00	209.088,89	208.708,89
TOTAL	380,00	209.088,89	208.708,89

Os pagamentos são efetuados via transferência bancária e guias de recolhimentos, autorizado pelo presidente Manasses Goes Santos, obedecendo à legislação pertinente e aos princípios constitucionais.

3.2 – Não houve Crédito Adicional e Anulação de Dotação no 2º trimestre.

4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL:

4.1 - SUBSÍDIOS

O subsídio mensal de Vereador, referido no artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal, para atual legislatura de 2017/2020, será de até R\$ 5.064,45 (Cinco mil e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), foram fixados através do Decreto Legislativo nº 03/2012 de 14 de outubro de 2016, e projeto de Lei nº 01 de 20 de Setembro de 2016, respectivamente, no exercício atual esta sendo realizado no valor de R\$ 4.160,00 (Quatro mil cento e sessenta reais).



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD

5 – DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:

5.1- PROCESSOS LICITATÓRIOS

Durante o 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), não foi realizado processos licitatórios na modalidade de carta convite de acordo com o artigo 22 item III da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

5.2 - PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADES

Durante o 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), não foi realizado processo de inexigibilidade, De acordo com o artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

5.3 - CONTRATOS

Durante o 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), não houve realização de contrato.

5.4 - TERMOS ADITIVOS

Durante o 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), não houve realização de termo aditivo de contrato.

5.5 - EXONERAÇÕES

Durante o 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), não houve exoneração.

5.6 - NOMEAÇÕES

Durante o 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), não houve nomeação.

6 - DO PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO:

Durante o 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), não foi adquirido Equipamento/Material Permanente, o almoxarifado encontra-se com todos os lançamentos de entrada e saídas, devidamente registrados.

7 – DESPESAS COM PESSOAL:

7.1 - Total da Despesa com Pessoal do 2º trimestre é de R\$150.377,34 (Cento e cinquenta mil trezentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

7.2 - Repasses Financeiros do 2º trimestre totaliza em R\$ 222.183,30 (Duzentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e três reais e trinta centavos).

7.3 - O percentual de pessoal, para fins de apuração até o 2º trimestre é de 67,68%, atendendo o limite de pessoal (70%) conforme o art.18 a 20.

7.4 - A resolução TC nº 265 de 12 de maio de 2011 que altera a redação do § 4º do art. 9º da Resolução TC nº 202, de 24 de maio de 2001.

“§ 4º. Não integram a folha de pagamento mensal da CÂMARA MUNICIPAL os encargos patronais dela decorrentes, além dos gastos com inativos.” (NR).

8 – A situação Contábil e Financeira:



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD

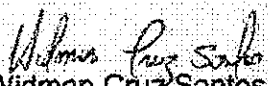
A situação contábil e Financeira da Câmara Municipal de General Maynard, encontra-se dentro da normalidade, e informações devidas foram enviadas através do Sistema de Coleta de dados SAGRES, de acordo com as resoluções do TCE e a Lei 4320/64.

9 – Conclusão:

Concluimos que após análise do 2º trimestre de (Abril, Maio e Junho/2019), através dos documentos de Repasses Financeiros-Duodécimos do Poder Legislativo e Despesas Correntes e de Capitais, as Licitações e Contratos estão de acordo com os princípios da Contabilidade Pública, e as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei 4320/64, conjuntamente com as Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe-TCE.

Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório, estão arquivados por este departamento, a disposição dos órgãos de controle externo.

General Maynard, SE 01 de Julho de 2019.


Widman Cruz Santos
Controle Interno